

Economista diz que Judiciário atrapalha

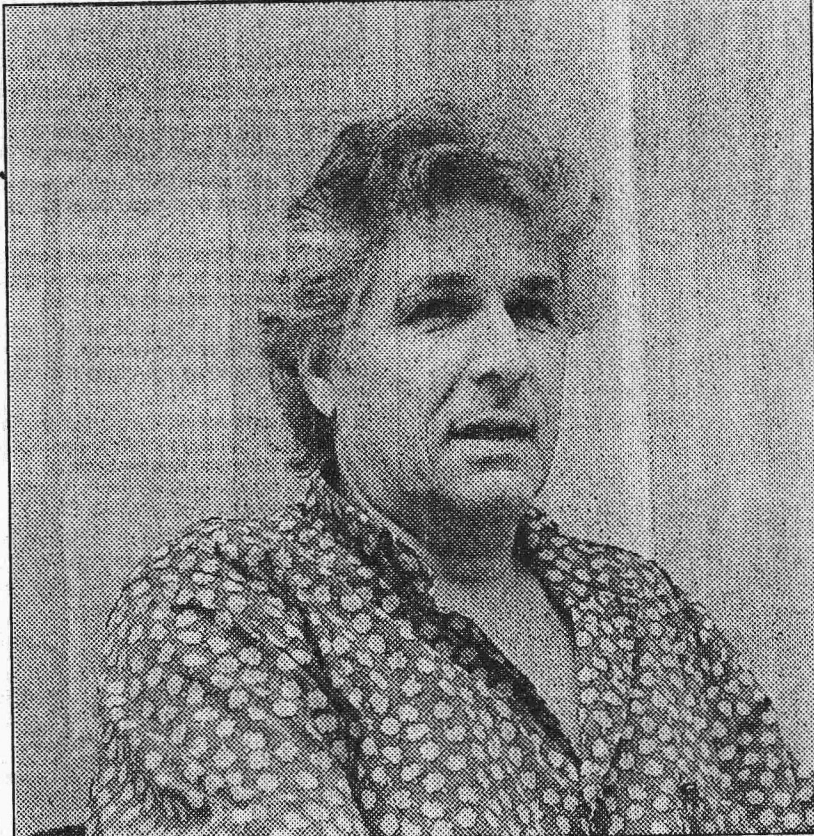
O governo não tem condições de diminuir as despesas e nem de aumentar a receita

JÔ GALAZI

RIO — Tempos duros à frente. Este é o diagnóstico do economista Claudio Monteiro Considera, coordenador do Grupo de Acompanhamento Conjuntural (GAC) do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão do Ministério do Planejamento. Considera, que tem 47 anos e doutorado na Universidade de Oxford, na Inglaterra, faz análises da economia para o governo e sobre os dados com os quais trabalha e conclui que a equipe econômica está de mãos atadas para cumprir a sua tarefa básica, o ajuste das contas públicas. Tudo depende de se fazer a revisão constitucional na direção correta, de forma a permitir que o governo corte seus gastos — e ele vê como certo que na revisão os políticos acabarão determinando mesmo é um aumento dos gastos.

O Poder Judiciário, afirma, está contribuindo também decisivamente para o desequilíbrio geral, ao impedir o governo de tributar. Ou seja, o governo não tem condições nem de diminuir as despesas, nem de aumentar a receita. Qualquer plano que a equipe econômica tente, segundo Considera, será derrubado em uma instância ou outra. Pior: a economia, que começou a se recuperar no terceiro trimestre do ano passado, está em desaceleração, mesmo que, por mero efeito estatístico, termine 1993 ostentando um crescimento do PIB de 4% até próximo de 5%. E será uma desaceleração com a inflação em alta.

Estado — Inicialmente, o governo garantia que tinha primeiro de fazer o ajuste das contas públicas, para depois tomar medidas como as de desindexação da economia. Depois começaram a pipocar notícias partidas do governo, de que pode ser feita uma desindexação antes do ajuste. Isso é



Considera: "A sociedade em peso deve exigir o ajuste do governo"

possível?

Cláudio Considera — A equipe econômica tem como tarefa arrumar as contas públicas, uma necessidade para a qual nós no IPEA temos alertado há uns 10 anos, assim como outros economistas.

Qualquer medida para conter a inflação futura, necessariamente passa pela correção das contas públicas. Isso, porém, não quer dizer que todo o ajuste fiscal tem de ser feito antes de se fazer um programa de desindexação geral da economia.

Estado — O que atrapalha a execução desse ajuste, pelo qual pouco tem sido feito?

Considera — A equipe econômica está tentando mostrar que não vai aumentar o endividamen-

to do governo, que está ajustando as contas públicas ou, em algum momento, dará uma paralisada neste processo em que os preços estão correndo atrás dos preços. O fato, porém, é que o governo está gastando mais do que arrecada.

"A EQUIPE ECONÔMICA TEM COMO TAREFA ARRUMAR AS CONTAS PÚBLICAS"

Um pouco por herança do passado e também pelos desarranjos atuais. A notícia recente de que a Previdência vai pagar os atrasados de pensionistas e aposentados que recebiam menos de um salário mínimo vai dar um desarranjo brutal nas contas públicas. A Constituição de 1988, que estabeleceu regime jurídico único,

transformando os funcionários públicos em estáveis e lhes dando aposentadoria integral, é um desarranjo. Os incentivos fiscais que

permanecem, também. A transferência de recursos para Estados e Municípios, sem a transferência para eles das obrigações que esses recursos financiavam é outro exemplo de desarranjo. O problema é que a sociedade não acredita no ajuste, porque o Legislativo vota leis que permitem ao governo corrigir suas contas e, se o governo vai cobrar um imposto aprovado pelo Legislativo, como o IPMF, o Judiciário nega.

Estado — Qual é a consequência disso tudo para a busca de uma solução para a crise brasileira?

Considera — A equipe econômica está de mãos atadas. Qualquer coisa dentro da racionalidade econômica, hoje, é impossível de ser feito. Qualquer plano que o governo faça desencadeará uma enorme quantidade de medidas judiciais e de derrubada das medidas. Será, por isso, mais um plano fracassado. Aparentemente, não há condições administrativas na economia. A sociedade em peso deveria exigir o ajuste do governo, pois essa é a causa básica da nossa inflação. Isso, contudo, passa pela transferência de obrigações do governo federal para Estados e Municípios e por maior tributação. Nós temos uma carga tributária baixíssima em termos de país capitalista: é de aproximadamente 25% e no auge do crescimento da economia brasileira era de 28%. Com a nova constituição, do jeito em que está, nem com 45% de carga tributária é possível enfrentar as despesas.

Estado — Seria possível uma alternativa como a do currency board, em que o País teria duas moedas, uma delas supercontrolada e a outra (cruzeiro real) livre?

Considera — Tudo o que se está falando, no fundo são formas de desindexação da economia. O currency board me parece muito difi-

cil de ser feito, porque, na verdade, teríamos três moedas: a supercontrolada, o cruzeiro real e o dólar. Falta ajustar as contas públicas.

Estado — Como o senhor avalia as possibilidades de o Congresso promover uma mudança na Constituição, que o senhor ache correta?

Considera — Como vamos ter eleições no ano que vem, sou muito pessimista quanto à revisão constitucional. Tenho receio de que se ampliem os gastos e não a receita. O menos provável é que daí saiam as condições para o ajuste fiscal, como deseja a equipe econômica. Estou

doido para ser desmentido.

Estado — Então estamos em um beco sem saída?

Considera — A saída é a da revisão constitucional que permitam ao governo reduzir seus gastos. De qualquer forma, o Brasil, a meu ver, nunca cairá numa hiperinflação. Sem o ajuste, quando os índices de inflação subirem muito o governo acabará dando um choque na economia, que vai dar certo por um período curto. Depois a inflação voltará a subir. Para domá-la será necessário novos choques.

Estado — Continuando tudo como está, sem ajuste e com a inflação em alta, qual é o panorama futuro que o senhor vislumbra para a atividade econômica?

Considera — Os resultados da produção industrial divulgados pelo IBGE mostram que, em julho, houve queda de 5,81% na produção industrial em relação a maio. Nossa previsão é a de que a economia vai continuar desacelerando até novembro. A arrecadação tributária está caindo há algum tempo e vai diminuir em função da desaceleração da economia. O quadro pode se complicar.